

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 1.142, DE 2003

Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, alterada pela Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que "Dispõe sobre inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal", e dá outras providências.

Autor: Deputado DARCÍSIO PERONDI

Relator: Deputado AMAURI TEIXEIRA

I - RELATÓRIO

O projeto em epígrafe propõe alterar os artigos 4º, 10 e 12 da Lei nº 1.283, de 1950, de modo a permitir que a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal possa ser executada pelos órgãos municipais em estabelecimentos que pratiquem comércio intermunicipal, e não apenas no comércio no âmbito do município, como determina o texto atual. A referida fiscalização ficaria vinculada a duas providências determinadas por lei municipal: a existência de Serviço de Inspeção Municipal e o cumprimento de normas higiênicas e sanitárias obedecendo a critérios mínimos a serem definidos em regulamento federal. Estaria, além disso, submetida à supervisão dos Estados.

Segundo justifica o autor, as exigências das legislações federal e estaduais sobre a matéria desconsideram a realidade das pequenas empresas ligadas ao setor, caracterizadas, muitas vezes, pelo trabalho artesanal de natureza familiar. A incapacidade de atender a alguns quesitos e a impossibilidade de os órgãos federais e estaduais, por falta de efetivos, fiscalizarem todos os estabelecimentos, inibe o comércio intermunicipal legal e permite o desenvolvimento de comércio clandestino, resultando em sonegação de tributos.

A proposição tramita em regime ordinário, com apreciação conclusiva pelas Comissões. Foi distribuída às Comissões de Economia, Indústria e Comércio (CDEIC); de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR); de Seguridade Social e Família (CSSF) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Aprovada nas outras Comissões de mérito, não recebeu, nesta Comissão, emendas durante o prazo regimental.

II - VOTO DO RELATOR

A esta Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) cabe somente analisar a proposição sob o ponto de vista da saúde pública.

Em primeiro lugar, deve-se considerar que a lei já prevê a fiscalização pelos órgãos municipais para produtos comercializados nos limites dos municípios, ou seja, não há dúvida quanto à sua capacidade de fiscalizar. Se a capacidade existe, e se os órgãos competentes declaram os produtos como apropriados para o consumo pelos munícipes, é uma conclusão lógica que sejam também próprios para consumo por cidadãos de outros municípios. Note-se que o projeto, se aprovado, permitirá também aos municípios de destino das mercadorias exercerem sua própria fiscalização e decidir se as mesmas correspondem aos parâmetros necessários para consumo.

O autor, por outro lado, tomou as precauções de estabelecer parâmetros mínimos, a serem explicitados em regulamento federal, e submeter os órgãos municipais de fiscalização à supervisão por outras instâncias, aumentando a segurança.

A medida, uma vez aprovada, viria a desafogar e ampliar a fiscalização dos produtos de origem animal, o que é sem dúvida nenhuma de interesse da saúde pública. Votamos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 1.142, de 2003, na forma como se encontra.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputado Amauri Teixeira
Relator